



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br



## No Congresso, ritmo acelerado

O retorno do feriado transformou Brasília em um campo de alta pressão política. Deputados voltaram com pressa e não por acaso. Em ano pré-eleitoral, cada votação carrega mais do que mérito técnico: carrega sinalização política. A Câmara acelerou projetos com potencial de impacto econômico e estratégico, como a criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, voltada às chamadas “terras raras”, insumos essenciais para a indústria tecnológica e para a transição energética. O recado é claro: o Brasil quer ocupar espaço na nova geopolítica dos recursos minerais. Mas, no pano de fundo, o ambiente segue contaminado pela polarização. Avança-se, sim, mas sob tensão constante.

## CPI, denúncias e o fator ‘Bolsomaster’

A semana também foi marcada pela reverberação de investigações da Polícia Federal envolvendo repasses atribuídos ao entorno político do ex-governo. O líder do governo, Paulo Pimenta (PT), reagiu com um pedido de CPI para apurar o caso do banco Master, associando o episódio ao que chamou de “Bolsomaster”. A estratégia é evidente: transformar o caso em pauta política e ampliar o desgaste do campo adversário. Do outro lado, cresce a tendência de reação e contra-ataque. O Congresso Nacional, mais uma vez, vira palco de disputa de narrativa antes mesmo de qualquer conclusão definitiva.

## Conselho de Ética: punição ou recado político?

O episódio mais ruidoso da semana foi a decisão do Conselho de Ética da Câmara, de suspender por 60 dias os deputados Marcos Pollon (PL), Marcel van Hattem (Novo) e Zé Trovão (PL); após a ocupação da Mesa Diretora. O relator Moses Rodrigues (União) endureceu a pena para sinalizar limite institucional. Já parlamentares como Chico Alencar (PSOL) “trataram o episódio como defesa da democracia”. Do outro lado, o discurso foi de perseguição política, com críticas à seletividade das punições. O tema dominou o plenário e escancarou a divisão: disciplina institucional versus liberdade de ação parlamentar.

## A reação gaúcha: crítica dura e alerta político

Do Rio Grande do Sul vieram algumas das críticas mais contundentes. Daniel Trzeciak (PSDB) classificou a decisão como censura e perseguição, apontando incoerência em punições dentro da casa. Na mesma linha, Sérgio Turra (PP) elevou o tom, ao afirmar “que a medida compromete a imagem da Câmara e cria precedente perigoso contra a atuação política”. A crítica não é apenas jurídica, é estratégica. Em ano eleitoral, decisões como essa tendem a ser exploradas fora do Congresso, diretamente junto ao eleitorado.

# Ciro Nogueira é alvo de investigação por emenda

Texto teria sido elaborado pelo Banco Master e enviado em um envelope

## / CASO MASTER

O senador **Ciro Nogueira** (PP-PI) reproduziu na íntegra uma emenda produzida pelo Banco Master e depois apresentada ao Senado que buscava ampliar para R\$ 1 milhão a cobertura de investimentos garantidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), afirmou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **André Mendonça**, em decisão que autorizou operação de busca e apreensão contra o parlamentar nesta quinta-feira.

O conteúdo teria sido elaborado pela equipe do banco e enviado em um envelope para a casa do senador. “De acordo com a Polícia Federal, o conteúdo da versão entregue é ‘reproduzido de forma integral pelo parlamentar’ ao Senado”, diz o ministro na decisão.

Ainda fazendo referência à investigação da Polícia Federal (PF),

**Mendonça** cita afirmação do ex-banqueiro **Daniel Vorcaro**, dono do Banco Master, logo após a publicação da proposta de emenda: “saiu exatamente como mandei”.

Procurada pela reportagem, a defesa de **Ciro Nogueira** afirmou repudiar ilações de ilicitude, “especialmente em sua atuação parlamentar”, e disse que o senador está comprometido a contribuir com a Justiça para esclarecer que não participou de atividades ilícitas.

“Segundo os autos, o texto da emenda foi elaborado pela assessoria do Banco Master, encaminhado por **André Krushewsky Lima** (diretor do banco) a **Daniel Vorcaro**, impresso e entregue em envelope endereçado ‘Ciro’, no endereço residencial do senador, coincidindo com aquele constante de seus dados fiscais”, afirma ainda a sentença de **Mendonça**, sem-

pre citando conteúdo da investigação da PF.

A emenda, apelidada de ‘emenda Master’ nos bastidores do Congresso, beneficiaria o banco ao aumentar o volume de recursos garantidos pelo FGC, atraindo mais investidores para os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) vendidos pela instituição.

Os CDBs do Master eram oferecidos como os mais rentáveis do mercado, vendidos com o atrativo de terem a cobertura do FGC, que assegura pagamento de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ em ativos de renda fixa.

Além de ter reproduzido a emenda que beneficiaria o banco, o senador e presidente do PP também é acusado na decisão de receber uma espécie de mesada do dono do Master, **Daniel Vorcaro**, no valor de R\$ 500 mil. Os pagamentos seriam efetuados pelo primo de **Vorcaro**, **Felipe Vorcaro**, preso na manhã desta quinta. A reportagem não localizou a defesa de **Felipe Vorcaro**.

“Medidas investigativas graves e invasivas tomadas com base em mera troca de mensagens, sobretudo por terceiros, podem se mostrar precipitadas e merecem a devida reflexão e controle severo de legalidade, tema que deverá ser enfrentado tecnicamente pelas Cortes Superiores muito em breve, assim como ocorreu com o uso indiscriminado de delações premiadas”, diz a nota assinada pelo escritório **Almeida Castro, Castro e Turbay** advogados, que defende o senador.



Proposta apresentada por **Ciro** beneficiaria a instituição financeira

## Aprovado marco legal para minerais críticos e estratégicos

### / CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite de quarta-feira, o projeto que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. De acordo com o relator da proposta, o deputado federal **Arnaldo Jardim** (Cidadania-SP), a finalidade é fomentar a pesquisa, a lavra e a transformação de minerais críticos e estratégicos no Brasil. Esses insumos são utilizados na produção de itens tecnológicos como celulares, automóveis e equipamentos de defesa. A matéria vai ao Senado.

O relator definiu como mine-

rais críticos os “recursos minerais necessários para setores-chave da economia nacional, cuja disponibilidade está ou pode vir a estar em risco de abastecimento devido a limitações na cadeia de suprimento, cuja escassez pode afetar seriamente a economia do País”.

Já os minerais estratégicos são definidos como “recursos minerais relevantes para o País decorrente de reservas significativas e que sejam essenciais para a economia da geração de superávit da balança comercial, para desenvolvimento tecnológico ou para a redução das emissões de

gases de efeito estufa”.

Conforme mostrou o Broadcast Político, uma ala governista considerou o texto “genérico” por supostamente abarcar uma gama muito grande de minerais, podendo beneficiar atividades fora do escopo dos minerais críticos e estratégicos, inclusive ao listar os produtos elegíveis para a apuração de créditos fiscais.

Por outro lado, o setor de mineração argumenta que não é possível estabelecer em lei uma restrição maior, pela necessidade de atualizar periodicamente quais são os materiais específicos.

Desde 1980 protegendo  
a inovação para você  
construir o futuro.

**SKO**  
OYARZÁBAL  
MARCAS & PATENTES S/C  
Ética • Dinamismo • Confiabilidade